

Conhece o nosso sofrimento?
2 Timóteo 3:10-12

PAQUISTÃO

População: 225 milhões

Capital: Islamabad

Forma de governo: República parlamentar federal

Chefe de Estado: Presidente Asif Ali Zardari

Religiões: Muçulmanos 95,2%, Cristãos 2,0%, Hindus 1,4%, todas as outras religiões 1,4%

Gina A. Zurlo, ed. World Christian Database (Leiden/Boston: Brill, acedido em agosto de 2026).

Leis da blasfémia e violência coletiva

O Paquistão é oficialmente conhecido como República Islâmica do Paquistão. Fundado em 1947 como uma pátria para os muçulmanos após o fim do domínio britânico, o Islão mantém-se como religião oficial. As leis de blasfémia do Paquistão acarretam penas severas, incluindo a possibilidade de pena de morte. Os cristãos e outras minorias religiosas são particularmente vulneráveis a falsas acusações, e os acusados enfrentam frequentemente intimidação, violência e até mesmo ataques coletivos antes de os seus casos chegarem aos tribunais.

Um dos casos mais conhecidos é o de Asia Bibi, uma mulher cristã que foi acusada de blasfémia em 2009, após uma discussão com colegas de trabalho sobre água potável. Foi condenada à morte em 2010 e passou muitos anos na prisão. Após extensos recursos judiciais, o Supremo Tribunal do Paquistão absolveu-a em 2018. Após protestos generalizados contra a decisão, foi forçada a abandonar o seu país natal e acabou por receber refúgio no Canadá.

Muitos outros cristãos continuam a sofrer com acusações de blasfémia, que são por vezes utilizadas para resolver disputas pessoais ou para atingir membros vulneráveis das comunidades minoritárias. Alguns passam anos na prisão à espera de justiça, enquanto as suas famílias vivem com medo e incerteza.

Em agosto de 2023, a comunidade cristã em Jaranwala sofreu um dos ataques mais devastadores contra cristãos nos últimos anos. Após alegações de que dois cristãos tinham profanado o Corão, multidões atacaram a comunidade, danificando ou destruindo

26 igrejas, mais de 100 casas de cristãos e uma escola local. Muitas famílias cristãs ficaram traumatizadas e desalojadas. Apesar da magnitude da destruição, ninguém foi responsabilizado.

Raptos e casamentos forçados

As raparigas e jovens cristãs no Paquistão são particularmente vulneráveis a raptos, conversão forçada ao Islão e casamentos coagidos, muitas vezes com homens muçulmanos muito mais velhos. As famílias enfrentam frequentemente imensos desafios na busca de justiça, enquanto as vítimas podem sofrer isolamento, exploração e vidas marcadas pelo medo e pela perda de liberdade.

Um exemplo recente é o de Maria Shahbaz, uma menina cristã de 13 anos que foi levada de sua casa em julho de 2025. Os seus pais continuaram a procurar o seu regresso em segurança após terem relatado que ela foi convertida à força e casada contra a sua vontade. Em março de 2026, o Tribunal Constitucional Federal do Paquistão decidiu contra os seus pais, concluindo que Maria era de “idade madura”, principalmente porque aparentava ser mais velha do que os seus 13 anos. O caso tornou-se motivo de profunda preocupação para as comunidades cristãs e para os defensores dos direitos humanos.

Marginalização económica e social

Muitos cristãos no Paquistão são oriundos de contextos social e economicamente desfavorecidos. Um número significativo descende de comunidades que historicamente enfrentaram a discriminação e a exclusão, a classe dos "intocáveis". Como resultado, muitas famílias cristãs têm um acesso limitado à educação, a oportunidades de emprego e a mobilidade social. Os cristãos concentram-se frequentemente em trabalhos árduos e mal remunerados, incluindo serviços de saneamento e outras formas de trabalho manual.

Muitas famílias cristãs são também vulneráveis ao trabalho servil, particularmente em indústrias como a das olarias. Os trabalhadores podem contrair pequenos empréstimos para satisfazer as necessidades familiares urgentes, mas as elevadas taxas de juro e as práticas laborais injustas podem deixá-los presos em ciclos de endividamento. Algumas famílias passaram gerações a tentar pagar dívidas que continuam a crescer, deixando-as com pouca esperança de liberdade e expondo-as à exploração e ao abuso.

O Paquistão alberga mais de 20.000 olarias, onde muitas famílias vulneráveis lutam em condições de trabalho precárias. Para alguns cristãos, o fardo da dívida é transmitido de geração em geração, criando um ciclo de pobreza do qual é difícil escapar.

Falta de representatividade

Os políticos cristãos não são eleitos diretamente pelos eleitores cristãos. Em vez disso, os partidos políticos selecionam os representantes cristãos através do sistema de reserva de lugares. Isto significa que os partidos políticos escolhem quais os representantes que vão servir no Parlamento. Infelizmente, estes representantes sofrem frequentemente pressão para seguir as prioridades e directivas dos seus partidos, em vez de defenderem as necessidades e preocupações da comunidade cristã. Como resultado, os interesses dos partidos políticos podem ter prioridade sobre as necessidades dos cristãos.

Embora os cristãos sejam a maior minoria religiosa no Paquistão, as vagas reservadas às minorias religiosas não são especificamente destinadas aos cristãos. Os representantes de outras comunidades religiosas minoritárias, mesmo aquelas com populações muito pequenas, também podem ser selecionados para preencher estas vagas. Isto pode limitar ainda mais a representatividade da comunidade cristã no Parlamento.

Há esperança!

Nos últimos anos, surgiram oportunidades para um diálogo construtivo com as autoridades governamentais e os líderes comunitários no Paquistão. A Aliança Evangélica Mundial tem trabalhado com a Aliança Evangélica do Paquistão (EAP) para desenvolver comités de paz inter-religiosos, treinados para desescalar conflitos antes que a violência colectiva se agrave. A EAP também ofereceu formação para ajudar os cristãos a evitar acusações de blasfémia. Os ministérios afiliados capacitaram as famílias com estratégias práticas para proteger as raparigas que possam estar em risco de rapto e conversão forçada, enquanto outros trabalharam para garantir a liberdade dos cristãos presos em regime de servidão por dívida em olarias. Estas iniciativas estão a trazer esperança e apoio prático às comunidades vulneráveis e a ajudar os cristãos paquistaneses a enfrentar os desafios contínuos com resiliência e fé.

Oramos

- Pelos nossos irmãos e irmãs do Paquistão que seguem fielmente Cristo, apesar da discriminação, das falsas acusações e da violência.

- Por jovens cristãs em risco de rapto, conversão forçada e exploração. Oremos pela sua protecção, pela força e conforto para as suas famílias, pela justiça nos tribunais e pela restauração daqueles cujas vidas foram profundamente afectadas por estes abusos.

- Por famílias cristãs que vivem na pobreza, em regime de servidão por dívidas e sob discriminação. Oremos para que conheçam a provisão, a proteção e a esperança de Deus, e para que as oportunidades de educação, emprego e justiça ajudem a quebrar os ciclos de exploração e pobreza.

- Por cristãos que sofreram violência, perdas e perseguição no Paquistão. Peçamos a Deus que traga a cura àqueles que vivem com trauma e medo, que fortaleça a sua fé e que os preencha com a Sua paz e esperança.

- Pela cura, justiça e reconciliação nas comunidades afetadas pela violência anticristã. Peçamos a Deus que fortaleça a Sua igreja no Paquistão e que capacite os crentes para responderem com sabedoria, coragem e amor semelhante ao de Cristo.

- Para que os cristãos possam eleger os seus próprios representantes nas eleições do Paquistão. Oremos para que os representantes cristãos tenham a liberdade e a coragem de defender as necessidades e preocupações da comunidade cristã e que os partidos políticos apoiem uma representação justa e significativa das minorias religiosas no Parlamento.

- Que o governo do Paquistão promulgue e faça cumprir reformas legais que protejam os cristãos e outras minorias religiosas da discriminação, das falsas acusações, da violência e das conversões forçadas. Peçamos a Deus que suscite líderes comprometidos com a justiça, a dignidade humana e a proteção de todos os cidadãos.